



AH

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volume 69
2017

ENCONTRO
LISBOA RIBEIRINHA MEDIEVAL E MODERNA
— DADOS ARQUEOLÓGICOS

A HISTÓRIA DO CONVENTO DE S. FRANCISCO DE LISBOA CONTADA POR PEÇAS

Joana Bento Torres

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa / jtorres@fcsh.unl.pt

Resumo

O convento de São Francisco de Lisboa assumiu, desde a sua fundação, um papel de importância crescente na vida desta cidade, tanto na esfera religiosa e política como na económica e social. Este trabalho pretende analisar com maior detalhe o quotidiano desta instituição religiosa, à luz de um conjunto cerâmico proveniente de uma cisterna deste convento, convertida posteriormente em lixeira. A partir do estudo de mais de 4000 fragmentos de cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa, far-se-á uma aproximação às suas funcionalidades e utilizações neste ambiente conventual. Nesta reconstrução histórica, os objectos arqueológicos serão continuamente acompanhados por documentação coeva, contribuindo de igual forma para um quadro mais completo da vida conventual em Portugal, no período moderno.

Palavras-chave: Arquitectura conventual, Cerâmica vidrada, Faiança, Porcelana Chinesa, Consumos alimentares.

Abstract

The convent of São Francisco de Lisboa [Saint Francis of Lisbon] took, since its foundation, an increasingly important role in the religious and politic sphere, but also in the social and economic aspects of this town's life. This study intends to analyse with further detail the daily life in this religious institution, having as a starting point an assemblage of ceramics recovered from one of the convent's cisterns, later transformed into a dumpsite. From the analysis of more than 4000 fragments of glazed ceramic, Portuguese faience and Chinese porcelain, we will try an approach to its functions and uses in this particular environment. In this historical reconstruction, the archaeological objects will be continuously complemented by contemporary documentation, contributing for a more complete depiction of the convent life in the early modern Portugal.

Keywords: Conventual Architecture, Glazed pottery, Faiança, Chinese porcelain, Food consumption.

O trabalho que agora se apresenta é uma parte da dissertação de mestrado da mesma autora, intitulada “*Quotidianos no convento de S. Francisco de Lisboa: uma análise da porcelana chinesa, faiança portuguesa e cerâmica vidrada*”. O objectivo desta tese era, a partir dos vestígios arqueológicos recuperados numa das cisternas do convento de S. Francisco de Lisboa, conseguir apreender um pouco mais de como se vivia durante a Idade Moderna naquele espaço. Dependendo do tipo de objectos recuperados, maior ou menor foi o detalhe conseguido na análise do quotidiano que se pretendia. Para tentar compensar vazios de informação, houve a necessidade de adoptar uma metodologia abrangente, tentando-se conjugar documentação histórica, iconográfica e cartográfica.

Segundo Frei Manuel da Esperança, este convento teria sido fundado em 1217, por acção de Frei Zacarias e patrocínio da rainha D. Urraca (Calado, 2000, p. 15). Inicialmente localizado na parte extramuros da cidade de Lisboa, numa zona planáltica (Ribeiro, 1994, p. 63), que possibilitava, por um lado, uma boa acessibilidade àquele espaço, e, por outro, um destacamento na paisagem suficiente para um controlo visual sobre a mesma cidade. Com o passar

dos séculos, esta estrutura conventual consolidou-se política e economicamente, o que lhe valeu um fortalecimento construtivo. O que outrora havia começado como uma pequena casa de religiosos relegados para uma zona periférica da cidade, alterava-se no despontar do Renascimento em Lisboa. O rápido crescimento urbano da zona ocidental da cidade, acompanhado pelas políticas régias de planeamento urbano de D. Manuel I enquadrou este convento numa zona central e nevralgica de Lisboa. Efectivamente, estando integrado na freguesia de Nossa Senhora dos Mártires, sabemos pelos estudos de António B. Coelho (1986) que esta era a segunda mais populosa de Lisboa em meados do século XVI.

1. O CONVENTO DE S. FRANCISCO

Poucas são as notícias dadas acerca dos seus primeiros três séculos de existência. Sabemos pela *Historia Seraphica* de Frei Manuel da Esperança (1656, p. 188), que em 1272 teria sido construído um “*claustrum, capella e [sala do?] capitulum*”, por patrocínio do tesoureiro do rei João Moniz. Já no século XVI, a partir de documentação coeva, detectada de forma pontual na colecção do Corpo Cronológico,



Figura 1 – Vista da cidade de Lisboa, in *Civitates Orbis Terrarum*, 1598, G. Braunio.

do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Durante a primeira década do século XVI, constrói-se um segundo claustro, e com ele toda uma série de estruturas, como o campanário do relógio, dois dormitórios (em cada um dos andares do claustro), como o refeitório e cozinha (Torres, 2011, p. 23). Durante estas obras que aqui se operaram procedeu-se à colocação de um forro em madeira e “paneado” nos telhados das varandas, que teriam “por bayxo das abas seu cordam por Remate ou sua moldura de Rotollos e diamantes a que melhor parecer”¹. Já as celas e o corredor do dormitório de baixo teriam um forro de madeira e de esteiras, e um chão de soalho. As suas portas e janelas deveriam ser feitas à imagem do dormitório de cima, já existente, e cada cela deveria ter um leito, uma mesa um escritório e um “escabelo” (leia-se arca).

Esta documentação diz-nos ainda que os dois claustros estariam a cotas de chão diferentes, havendo por isso a necessidade de construir umas escadas, que iam do claustro “grande” para o segundo claustro. Assim, no primeiro claustro ou “claustro grande” concentrar-se-iam a casa do capítulo e capelas; e no segundo claustro, os dormitórios, refeitório, cozinha e campanário do relógio.

Com uma ausência de documentação seiscentista que aborde aspectos construtivos do convento de S. Francisco, voltamos a encontrar impressos e manuscritos mais descritivos já para a primeira metade do século XVIII. Nos primeiros anos de 1700, contamos com o texto de um anónimo que descreve os mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa². A propósito do convento de S. Francisco diz-nos que próxima à porta da sacristia ficava a capela do santuário; num dos claustros existiam cinco capelas, a par da casa do Capítulo; num outro claustro encontravam-se outras cinco capelas, com paredes azulejadas e os tectos cobertos de pinturas; num terceiro claustro, localizado num ponto mais elevado,

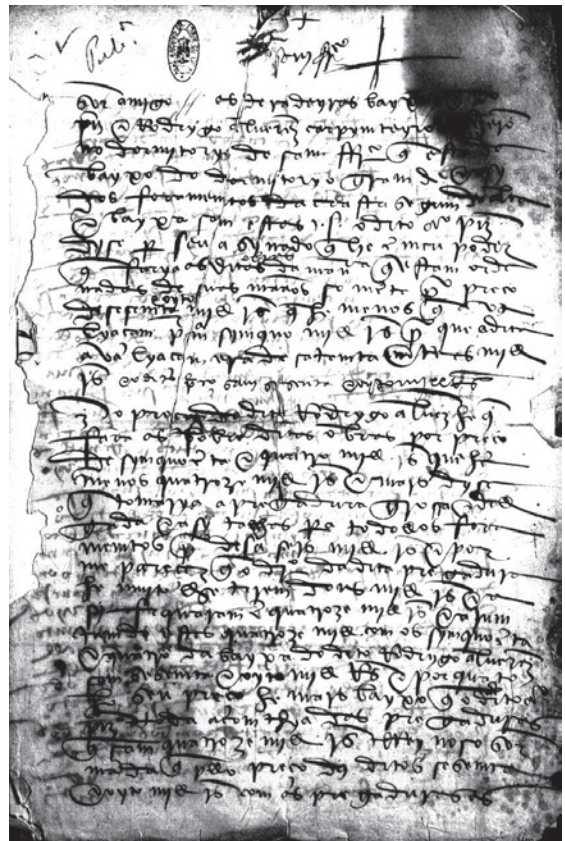


Figura 2 – Documento do Corpo Cronológico (1, 25, 105), 1520, ANTT.

pois ficava no andar da Portaria, encontravam-se seis capelas e um corredor comprido azulejado e com pinturas no tecto que tinha no final a capela da Senhora da Soledade. A casa da Portaria tinha a capela do Anjo S. Miguel pertencente à Irmandade das Almas; e existiam ainda mais três capelas: no Noviciado, na Enfermaria e na zona do coro. A livraria localizava-se junto à portaria, mas mais elevada. Os seus dormitórios são descritos como modestos, mas albergando mais de cem religiosos (Torres, 2011, pp. 24-26).

Em 1728 temos conhecimento da existência do Hospício da Terra Santa, documentada pelos livros de despesa desta estrutura conventual, que vão até 1731. Este elemento aponta para que o quotidiano deste convento e da sua comunidade fosse segmentado, organizando-se em “células” mais pequenas, antes de chegar à supervisão do guardião e do síndico do convento. Assim, espaços como a

¹ Transcrição de ANTT, Corpo Cronológico, Parte 1, Mç 25, Documento 105. (Torres, 2011, p. 149).

² *História dos Mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa*, tomo 1, cap. 2, pp. 57-99.

enfermaria, o Hospício da Terra Santa ou a Portaria dos Pobres, parecem ter tido os seus próprios livros de receita e despesa, que depois deviam ser verificados e integrados nas despesas gerais da Casa.

Também em 1741, um relato de um incêndio que deflagrou na Igreja e se alastrou ao restante convento dá algumas pistas acerca da disposição de zonas do convento, enquanto traça as aflições e peripécias porque passaram os frades. Aí, encontramos no primeiro claustro ou “claustro grande” a casa do capítulo e capelas; no segundo claustro os dormitórios, noviciado, enfermaria (que ou teria dois andares, ou aproveitava um desnível do terreno, ficando da parte do claustro no rés-do-chão, e no lado de fora num primeiro andar, o que justificava aí a existência de uma varanda); e no terceiro claustro as capelas, perto do qual se encontrava a portaria e livraria.

O conjunto mais coeso e completo que possuímos para reconstituir os espaços e consumos do convento de S. Francisco é já da segunda metade do século XVIII, por via de uma série de inventários³ feitos pela Casa. Estes inventários eram realizados de dois em dois anos, aproximadamente, e destinavam-se a materializar o número de pessoas que integravam aquele convento, e as despesas que os mesmos faziam, durante o mandato do Provincial eleito no Capítulo. Nos anos de 1760 e 1761, podemos observar que segundo Frei Inácio de Santa Rosa, porteiro dos pobres, foram encomendadas para a Portaria dos Pobres as seguintes obras de remodelação: uma dispensa para guardar os provimentos para os pobres, uma cela (quarto) para o porteiro, um refeitório para os pobres, uma cozinha com fogão, casa para lenha, dispensa para talhas de azeite, dois oratórios, casa para hortalça, um alpendre e pinturas. Nestes mesmos anos, declara o enfermeiro Frei António, que se haviam feito duas celas novas na enfermaria. Teriam ainda mandado concertar o palheiro e o “tanque da cerca” (Torres, 2011, pp. 26-27).

³ Inventário do Real Convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa desde o Capítulo celebrado em 4 de Junho de 1760 para a Congregação que se ha de celebrar em 19 de Dezembro de 1761 no sobre dito Convento (Torres, 2011).

Colocando em comparação todos os dados acima referidos, podemos concluir que: no século XVI existiam dois claustros no convento de S. Francisco, tendo o primeiro a casa do capítulo e um número considerável de capelas, ora para oração ora para sepultamento (cuja descrição só aparece em pormenor no início do século XVIII). O segundo claustro concentrava dois dormitórios (um por cima do outro), o refeitório, a cozinha e o campanário do relógio. Podemos ainda inferir o acrescentamento de um terceiro andar, em que sabemos localizar-se o dormitório dos músicos da Patriarcal, já no século XVIII⁴. Este claustro terá ainda integrado, pelo menos no século XVIII, o noviciado, que estava ao lado do “dormitório de baixo”. Provavelmente, a enfermaria localizava-se perto do segundo claustro, dada a indicação documental, de estar próxima de um dos dormitórios. O terceiro claustro existia já nos primeiros anos do século XVIII, pelo que pode ter sido construído entre os séculos XVI e XVII. Este congregava capelas, e tinha nas suas imediações a portaria e a livraria, pré-existentes ao mesmo.

Esta ampliação espacial ocorria a par de um ligeiro aumento no número de frades desta comunidade religiosa e utilizadores do convento. Segundo Cristóvão de Oliveira (1987, p. 70), no ano de 1551, o convento de S. Francisco contava já com 120 frades, e dez servidores. Em 1620, Nicolau de Oliveira (1987, p. 127) aponta para a presença de 130 religiosos no convento. Estes números parecem não se alterar até meados do século XVIII, verificando-se em 1758 entre 115 e 130 frades (Clemente, 2005, p. 151). A partir da segunda metade da mesma centúria, encontramos algumas listagens bienais com o número de habitantes do convento, sendo apontado um total de 160 moradores. Nesta contabilização incluem-se outros funcionários ao serviço do convento que não apenas os frades franciscanos, sem que saibamos concretamente as suas funções

⁴ “que os muzicos da patriarcal que tinhão o seu dumaticilio no terceiro e superior do dormitorio”, in *Relação do Notável Incêndio de fogo que se ateou no Real Convento de S. Francisco da Cidade, a 30 de Novembro de 1741* (Torres, 2011, p. 27).

e identidade. Essa informação apenas nos chega de forma parcial com os livros de despesa do Hospício da Terra Santa do século XVIII e em que é assumida a contratação de pessoal para desempenhar funções de cozinheiro/a, lavadeira, hortelão e até barbeiro (Torres, 2011, p. 35).

2. ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO

A recolha dos materiais arqueológicos aqui analisados foi feita aquando de uma intervenção de emergência em 1993, despoletada durante o acompanhamento das obras de remodelação do actual Museu do Chiado⁵. Com a descoberta de uma cisterna entulhada até à superfície, optou-se por fazer a recolha de todo o material arqueológico, a par do registo integral da estrutura, uma vez que se procederia posteriormente à sua destruição.

As características desta cisterna, com paredes de alvenaria, fundo lajeado e abóbada de tijolo (Amaro, Lourenço & Ramalho, 1995, p. 38) parecem alinhar-se com a possibilidade desta se tratar de uma construção dos inícios de Quinhentos, período em que ocorreram grande parte das obras de ampliação do convento. Lembremos a este propósito que, algumas das técnicas construtivas mais características durante o reinado de D. Manuel I era a utilização de pedra e cal, combinada com coberturas em abóbada de tijolo (Carita, 1999, pp. 157-160). É possível que a desactivação desta mesma cisterna se tenha dado entre o final do século XVI e a primeira metade do século XVII, altura em que passou a servir como local de despejo, pela presença de fragmentos descartados de faiança portuguesa logo do primeiro terço de seiscentos (Torres, 2011, p. 73). Esta cisterna terá sido utilizada como lixeira até meados do século XVIII.

Para o estudo das cerâmicas houve a necessidade de definir de forma clara a terminologia a utilizar,

⁵ Para mais informações sobre este trabalho veja-se *Trabalhos arqueológicos no convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa*, processo nº S-16837; e Amaro, Lourenço & Ramalho, 1995, pp. 37-42.

optando-se pela utilização de termos coevos à época. A adopção deste método serve, por um lado, para tentar estabelecer uma correspondência entre o objecto arqueológico e a nomenclatura que aparece nas fontes coevas e, por outro, para evitar o anacronismo de conceitos. Na criação desta tipologia optou-se por fazer uma separação inicial por tipo de material cerâmico: cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa. Os termos utilizados foram maioritariamente escolhidos a partir do *Vocabulário Portuguez & Latino* de Bluteau, pois é este que se melhor este enquadra na cronologia atribuída às peças que aparecem neste trabalho⁶ (Torres, 2011, pp. 39-44). Sempre que necessário foi usada nomenclatura actual para suprir quaisquer ausências⁷.

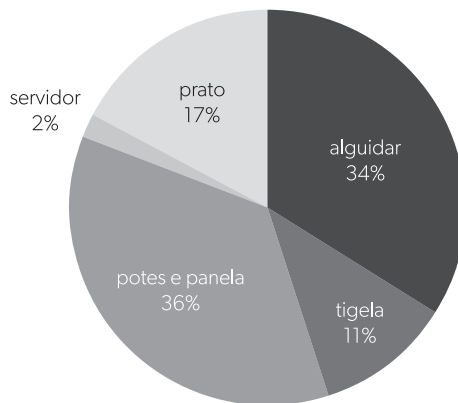


Figura 3 – Cerâmica vidrada: percentagem por forma.

O grupo de cerâmica vidrada apresenta objectos com um revestimento a vidro plumbífero, numa ou em ambas as superfícies, por vezes antecedido pela aplicação de um engobe ou vidro de tom mais claro. O seu leque formal é relativamente reduzido, encontrando-se objectos utilizados para

⁶ A obra deste autor é bastante útil para compreensão do vocabulário utilizado na segunda metade do século XVII, pois considera-se que o autor terá iniciado esta sua obra a partir de 1680. Murakawa, 2006.

⁷ O facto de não ter encontrado um “termo coevo” para definir um determinado tipo formal pode advir de duas situações: primeiro, pode não existir uma diferenciação na época de duas formas que para os investigadores actuais sejam distintas; segundo, o número limitado de fontes consultadas.

conservar ou armazenar (potes e jarros), para preparação e/ou consumo de alimentos (alguidares, panelas, pratos, escudelas, tigelas e jarros)⁸ e para usos sanitários (servidores). De assinalar que dois terços do conjunto se concentram nos potes/panelas e alguidares (de pequenos a grandes). Estamos por isso perante louça de uso quotidiano, com vidrados geralmente simples, sem recurso a elementos decorativos, jogando unicamente com os diferentes tons do vidrado que variavam entre o verde, castanho e amarelo. Deste modo, supomos que estes objectos se encontrariam principalmente em torno da zona da cozinha, à excepção dos servidores.

Um dos tipos cerâmicos mais comuns neste grupo era o dos potes e panelas, qua se associavam à conserva de compotas e caldas de fruta. As pinturas de Josefa de Óbidos (1630-1684) são a este título bastante sugestivas, como aliás as obras de outros pintores de naturezas-mortas, como Francisco Zurbarán, Juan van der Hamen y León ou Tomás Hiepes. Aqui se encontram representados recipientes cerâmicos, a par de outros de madeira, verga ou cortiça, muitas vezes recheados de bolos, marmeladas e doces tradicionais à época. A associação formal entre os objectos arqueológicos e os objectos do quotidiano representados nestas pinturas é praticamente imediata. Aí verificamos potes muitos similares aos do convento de S. Francisco de Lisboa, utilizados na conserva geralmente de fruta, mel ou frutos secos, que depois se tapavam com um pano fixado por um pequeno cordel⁹.

Este cenário parece ser confirmado por outras fontes quinhentistas e seiscentistas, que reforçam a associação destes dois elementos (Torres, 2011, p. 85). A título de exemplo, no *Inventário dos bens de D. Teodósio I*, de 1564, encontram-se avaliadas muitas conservas em caldas de açúcar e mel, dos mais variados frutos (Torres, 2018, p. 334). Todas elas

⁸ Incluímos também os pratos, escudelas, tigelas e jarros na categoria de preparação de alimentos, pois, pelo reduzido número encontrado, era possível a sua utilização na logística da cozinha.

⁹ Este colocar-se-ia facilmente devido às características linhas incisas em relevo na zona do bordo.

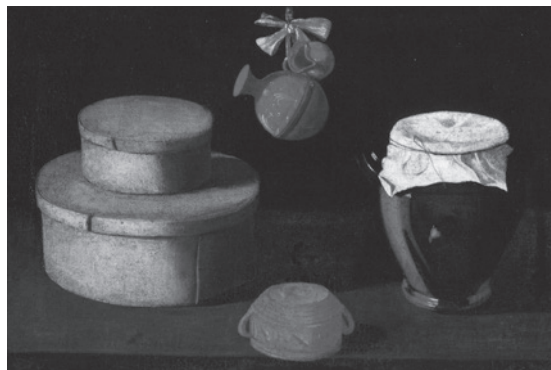


Figura 4 – Caixa com potes, 1660, Josefa de Óbidos (© MNAA, Portugal).

armazenadas em caixas, redomas, potes e panelas vidradas.

A faiança portuguesa, cerâmica com revestimento da superfície a vidrado estanífero com branco, sobre o qual assenta ou não decoração pintada (Sebastian, 2011, p. 58), congrega mais de 80% do espólio presente na cisterna do convento. Dentro deste grande grupo foi e tomando como premissa as temáticas decorativas adoptadas em correlação com a sua função, constituíram-se quatro subgrupos: a faiança branca, sem qualquer apontamento decorativo; a faiança com simples linhas circulares (listada); a que apresenta insígnias religiosas (conventual)¹⁰; e a de profusos padrões e temáticas decorativas¹¹ (decorada).

Em qualquer um destes subgrupos, e apesar da maior variedade formal que surge, mais de 90% dos objectos se concentram entre os pratos e as tigelas: a faiança branca reúne 91% (este índice aumenta para 96% se contabilizarmos os covilhetes); na faiança conventual 97%; na faiança listada 98%; e na faiança decorada 92%. Estes dados apontam-nos

¹⁰ De entre a louça conventual, devemos destacar a presença significativa da sigla S.F. [São Francisco], directamente relacionada com a sigla F. [Francisco] e S. [São], devendo estas ser encomendas do próprio convento.

¹¹ De toda a variedade que nos surge neste conjunto, destacamos: as rendas, as contas, os rectângulos concêntricos com espirais no seu interior, os semicírculos concêntricos, as representações antropomórficas e zoomórficas, a heráldica e as insígnias conventuais.



Figura 5 – Natureza-morta com doces e cerâmica, 1627, Juan van der Hamen y León (© National Gallery of Art, EUA).



Figura 6 – São Hugo no refeitório dos Cartuxos, 1630-5, Francisco de Zurbarán (© Museo de Bellas Artes de Sevilla, Espanha).

para uma conclusão imediata, que é a de que este tipo de cerâmica tinha como principal função “servir à mesa”, um servir que se queria de algum modo equitativo entre todos os frades daquele convento. Estes comiam comumente na “faiança branca”, que apresenta conjuntos individuais de pratos, tigelas, covilhetes (estes já só a partir do século XVIII) e salseiras. Estes eram objectos geralmente individuais, ou seja, à mesa, cada frade teria o seu prato ou a sua tigela para o conduto (o segundo para refeições com mais caldo), a sua salseira para temperos (Fernandes, 1998), e eventualmente o seu covilhete para doces.

Apesar do carácter individual destes recipientes, nos séculos XVII e XVIII não há uma preocupação, pelo menos em ambientes conventuais, em fazer marcas de posse, mas antes marcas distintas. Estas surgem esporadicamente em forma de símbolo ou letra (inicial de nome), tendo apenas como propósito a sua identificação¹².

Parece-nos que apesar de terem a mesma funcionalidade, “faiança conventual”, “faiança listada” e “faiança decorada” podiam ter finalidades distintas. Por um lado, o número de fragmentos é muito inferior ao de “faiança branca”. Por outro lado, o surgimento de siglas e inscrições sugere que estas pudessem ser encomendas feitas por altura de um acontecimento mais importante, como por exemplo os capítulos da Província¹³, festividades do calendário litúrgico, ou mesmo para dar uso nalgum espaço conventual em particular. Assim se explica por exemplo que no caso da “faiança decorada” haja uma maior variedade formal. Neste conjunto encontramos por exemplo uma travessa com respectivo teste, alguns jarros, pratos fundos e grandes tigelas que podiam auxiliar no serviço da mesa, mas também bacias para os cuidados de higiene, as

¹² A marcação que surge em algumas peças neste período cronológico e nestes contextos conventuais pode ser apenas a expressão casual de frades ou freiras, ou o gosto pessoal que podiam ter em comer num determinado objecto, sem que esta tivesse de implicar necessariamente uma posse individual.

¹³ A peça CSF/Lx.93/185+186 parece indicar a data de 1738 relacionando-a com a palavra *Capítulo* (Torres, 2011, p. 87).

mangas de farmácia para soluções medicamentosas à disposição na enfermaria e botica do convento, os castiçais para iluminar celas particulares ou espaços comuns, como as capelas, e os boiões para guardar pequenos objectos, essências ou mezinhas.

Este tipo de louça era, para lá de útil, feito para ser visto, podendo os seus motivos decorativos ser não só esteticamente apreciados como ainda transportar consigo uma “mensagem” ou carga simbólica. Isto quer dizer que, neste conjunto é possível que a maior parte das peças tenha sido a Casa a adquirir; podendo contudo existir peças, possivelmente de melhor qualidade, como as que têm elementos de heráldica, representações antropomórficas e zoomórficas, que se tratassem de uma aquisição/oferta, de posse pessoal e para uso individual.

Finalmente, no que respeita à porcelana chinesa, os fragmentos aqui detectados constituem uma amostragem muito pequena, mas bastante significativa do tipo de consumo que parece ter existido neste convento deste tipo de objectos. A grande afluência deste produto durante o século XVI, especialmente a partir de 1554, ano em que as relações oficiais entre China e Portugal foram restabelecidas (Antunes, 1998). Com o aumento da distribuição, aumentou também a produção, que levou a uma natural diversificação qualitativa das peças. Esta reflectia-se directamente no seu preço, tornando estes objectos acessíveis a mais estratos socioeconómicos. Dado o seu elevado nível de fragmentação, nem sempre foi possível encontrar paralelos que permitem

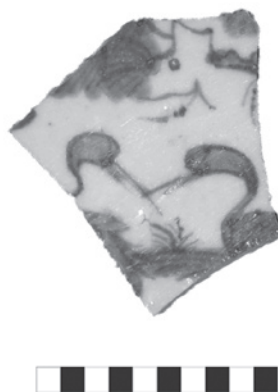


Figura 7 – Porcelana Chinesa (CSF/Lx.93/140), Longqing.

a definição de uma cronologia clara. De qualquer forma, encontrámos paralelos, principalmente pela análise das temáticas decorativas (Torres, 2011, pp. 79-80), nas produções da dinastia *Ming*, para o período entre o reinado *Zhengde* (1506-1521), *Jiajing* (1521-1566), *Longqing* (1566-1573), e *Wanli* (1573-1619). Apenas dois fragmentos de fundo de prato apresentavam marcas de oleiro. Um apresentava o caracter (míng), não se conseguindo ler o que identificaria o reinado devido à fractura da peça. Surgem ainda os caracteres (zhi) ao qual se segue o (zào), uma associação relativamente rara e que apenas encontrámos em marcas do reinado de *Longqing*. O outro fragmento apresenta um dito ou verso da tradição chinesa clássica¹⁴.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cerâmicas vidradas do convento de S. Francisco de Lisboa são atribuíveis ao terceiro quartel do século XVI prolongando-se pelo século XVII. As datações mais recuadas basearam-se na comparação com paralelos tipológicos encontrados no Beco dos Inválidos em Cascais ou na Rua do Salgueiro, em Palmela (Carvalho & Fernandes, 2002). Os paralelos multiplicam-se com a chegada de seiscentos, encontrando-se exemplares semelhantes no convento de Nossa Senhora da Piedade, em Cascais (Cardoso & Rodrigues, 2002), ou nos Paços do Concelho de Torres Vedras (Luna & Cardoso, 2006), em Portugal; mas também em contextos forâneos, nomeadamente no Brasil, como no convento da Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência (Rio de Janeiro), ou a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, em Anchieta (Espírito Santo)¹⁵.

No que respeita à faiança e à sua datação, vários foram os paralelos encontrados, concentrando-se a maior parte ao longo do século XVII, ainda que recuando ao último quartel do XVI e estendendo-se à

¹⁴ A autora agradece à Doutora Helena Lopes (University of Oxford, Reino Unido) a sua preciosa ajuda na leitura dos caracteres chineses.

¹⁵ Catálogo de Coleções Cerâmicas Arqueológicas (IPHAN).

primeira metade do século XVIII. Os fragmentos de faiança decorada estão essencialmente no século XVII, podendo recuar aos finais do século XVI. Ao mesmo tempo, a presença de determinada faiança



Figura 8 – Cerâmica vidrada (CSF/Lx.93/77), séc. XVII.

conventual, nomeadamente a existência de covilhetes, estende-nos o espectro cronológico até à primeira metade do século XVIII. A análise macroscópica das pastas e vidrados da faiança aponta para o predomínio do centro de produção de Lisboa, ainda que pareçam estar representados os centros de Coimbra e Vila Nova, com um e dois exemplares respectivamente (Torres, 2011, pp. 64-65). Esta situação justifica-se pela facilidade logística na compra de cerâmica na cidade, fosse ela comum, vidrada ou esmaltada. Lembremo-nos que a própria freguesia dos Mártires tinha já uma importante tradição oleira desde a segunda metade do século XVI (Sebastian, 2011).

A porcelana aqui identificada baliza a sua produção no século XVI, mas dificilmente conseguimos apurar a durabilidade da sua utilização. Neste contexto conventual, o reduzido número de exemplares e a boa qualidade de parte destes, leva-nos a acreditar que muito provavelmente, eram de posse particular, seja por terem sido trazidas aquando da integração do frade no convento, seja por aquisição ou oferta já estando neste. O seu manuseamento seria feito com maior cuidado, não só pelo seu valor

venal, mas principalmente pelo seu valor estético (ao qual poderia acrescer um valor emocional no caso de se tratar de uma peça oferecida ou adquirida a título individual). Este factor fazia com que estas porcelanas tivessem normalmente um maior tempo de vida útil quando comparadas com os outros tipos de cerâmica. Logo, não é insensato avançar com a hipótese destas peças provirem de um contexto de consumo do século XVII (apesar de serem uma produção quinhentista).

Um dos nossos objectivos era relacionar os fragmentos detectados com o espaço conventual. No caso da cerâmica vidrada, os potes e panelas estariam arrumados com as suas conservas na despensa associada à cozinha e refeitório do convento. Já os pratos, tigelas e jarros de cerâmica vidrada estendiam-se entre o espaço da cozinha e do refeitório, concentrando-se na preparação dos alimentos. Os alguidares estão em espaços ligados à cozinha, na preparação dos alimentos, mas tam-

bém nas actividades relacionadas com cuidados de “higiene”, como a lavagem de louça ou roupa. Muitos dos alguidares, sendo de pequenas e médias dimensões podiam ainda servir de bacias para higiene pessoal (lavagem de pés, mãos, cabeça ou barba), podendo estar nas celas de cada frade ou em zonas comuns, como perto do refeitório, para lavagem de mãos antes das refeições. Os pratos, tigelas, covilhetes e salseiras de faiança estão exclusivamente ligados ao serviço de mesa do refeitório, ainda que certas peças de melhor qualidade (fosse de faiança decorada como de porcelana), pudessem distribuir-se por vários espaços comuns do convento (como a igreja, sala do capítulo, capelas...), pois o seu valor estético suplanta o utilitário.

Como já fizemos notar anteriormente, a maior parte da cerâmica aqui referida teria sido adquirida pelo convento, para uso de toda a comunidade religiosa. Apesar da ausência de livros de contas ou inventários anteriores a setecentos, podemos verificar



Figura 9 – O Fogo, 1570, Joachim Beuckelaer (© The National Gallery, Reino Unido).

que nos inventários deste convento, para a segunda metade do século XVIII, várias são as encomendas pedidas pelo responsável do refeitório de pratos, pratos grandes, pires, tigelas e alguidares de louça, a par dos “copos de cristal” (Torres, 2011, p. 89). Este conjunto material congrega assim peças de uso comum e quotidiano, não se verificando objectos de luxo, nem na cerâmica vidrada, como na faiança portuguesa ou na porcelana chinesa. Em todo o caso, a posse individual de porcelana e faiança decorada de alta qualidade poderia ocorrer esporadicamente, pertencendo nestes casos a elementos de um estrato socioeconómico médio a elevado, aos quais geralmente se associavam funções de maior responsabilidade no convento.

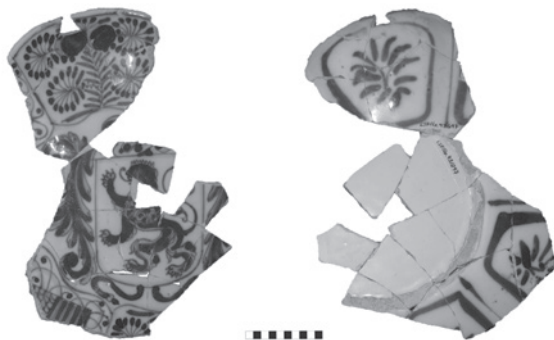


Figura10 – Faiança Portuguesa (CSF/Lx.93/297), 1ª met. séc. XVII.

Finalmente, uma breve referência ao tipo de alimentação praticado neste convento não é fácil de aferir pela falta de dados históricos e arqueológicos e históricos. O abastecimento de alimentos conjugava a auto-sustentabilidade com a compra de produtos fora do convento. O convento tentava assim assegurar a manutenção de uma horta, dentro da cerca conventual¹⁶, para a qual empregava um hortelão, do qual há nota de pagamento pelo menos no século XVIII (Torres, 2011, p. 91). Em paralelo, poderia dar-se a criação de alguns animais domésticos, como as aves de capoeira, para as quais há uma

¹⁶ A venda de uma parte da cerca para que duque D. Jaime pudesse ampliar a sua própria horta, mostra que esta terá sofrido um relativo encurtamento nesta altura. Castilho, 1937, p. 170.

menção documental em 1741, e que justificaria, por exemplo, o índice reduzido de carne de aves nas despesas do Hospício da Terra Santa (Torres, 2011, p. 92). Tendo em conta estes registos de despesa, detectamos a proeminência do pão, cuja compra surge sempre em primeiro lugar na lista. Este era a base da refeição, absorvendo o caldo em que as carnes e legumes eram cozinhados. Seguindo os dados fornecidos por estes livros de despesa da primeira metade de setecentos, destaca-se o grande consumo de carne de vaca e de carneiro, a par do peixe fresco. Os vegetais mais recorrentes são o arroz, o feijão-frade, a cebola e os alhos. O azeite, o vinagre, o sal e os ovos são também repetidamente comprados. Acresce o consumo de fruta fresca, sem muitos mais pormenores, e fruta em calda¹⁷. Em ocasiões especiais, alimentos igualmente excepcionais eram adicionados, como os confeitos (Torres, 2011, p. 92). As refeições eram acompanhadas por água e/ou o vinho.

Por último, este estudo tentou estabelecer uma transição entre os objectos que outrora existiram, e os fragmentos que hoje recuperamos em contextos arqueológicos. Para tal, procurou-se ir para lá do estabelecimento de funcionalidades, identificando o contexto do consumo destes bens/objectos, que, quando apoiados em documentação nos providenciam informação geralmente inédita na caracterização de hábitos alimentares e quotidianos.

FONTES

ANTT, OFM, Província de Portugal, Província, Lv. 3, *Hospício da Terra Santa*.

ANTT, OFM, Província de Portugal, S. Francisco de Lisboa, Lv. 11, *Inventario do Real Convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa*.

História dos Mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa, de autor anónimo, tomo 1. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1946.

¹⁷ A ausência deste produto nas despesas do Hospício da Terra Santa pode explicar-se pelo fabrico próprio das conservas.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, C.; LOURENÇO, F. e RAMALHO, M. (1995) – «As Intervenções Arqueológicas no Antigo Convento de S. Francisco da Cidade», in *OBRAÇOM. Museu do Chiado: histórias vistas e contadas*. Lisboa: IPM, pp. 37-42.

CALADO, M. (2000) – *O Convento de S. Francisco da Cidade*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes / Universidade de Lisboa.

CARDOSO, G. e RODRIGUES, S. (2002) – «Conjunto de peças de cerâmica do século XVII do Convento de Nossa Senhora da Piedade de Cascais», in *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Almada: C.M., pp. 269-288.

CLEMENTE, M. (pref.) (2005) – *Memórias de uma cidade destruída*. Lisboa: Aletheia Editores.

CARVALHO, A. Rafael e FERNANDES, Isabel Cristina (1995) – «Conjuntos Cerâmicos Pós-Medievais de Palmela», in *Actas das 2.ªs Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal, pp. 211-255.

CASIMIRO, T. (2011) – *Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas (Dos Finais do século XVI aos inícios do XVIII)*. Lisboa: FCSH [Texto Policopiado].

CASTILHO, Júlio (1974) – *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, vol. VIII. Lisboa: s.n.

COELHO, A. Borges (1986) – *Quadros para uma viagem a Portugal no século XVI*. Lisboa: Caminho.

ESPERANÇA, Manuel da (1656-1666) – *Historia Seraphica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, vol. 1-2. Lisboa: Officina Craesbeeckiana.

LUNA, I. e CARDOSO, G. (2006) – «Nota preliminar sobre as cerâmicas provenientes do Poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras», in *Actas do III Seminário do Património da Região Oeste*. Cadaval: C.M., Associação Património Histórico, pp. 99-112.

OLIVEIRA, C. R. (1987) – *Lisboa em 1551. Sumário*. Lisboa: Livros Horizonte.

OLIVEIRA, F. Nicolau de (1991) – *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Vega.

RIBEIRO, O. (1994) – *Opúsculos Geográficos. Temas Urbanos.*, vol V. Lisboa: FCG.

SEBASTIAN, L. (2011) – *A Produção Oleira de Faiança em Portugal (séculos XVI- XVIII)*. Lisboa: FCSH [Texto Policopiado].

TORRES, J. B. (2011) – *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa*. Lisboa: FCSH [Texto Policopiado].

TORRES, J. B. (2018) – «Comer como um duque: a alimentação da Casa de Bragança no século XVI», in *De Todas as Partes do Mundo. O património do 5º duque de Bragança, D. Teodósio I*. Lisboa: Tinta da China, pp. 331-336

Trabalhos arqueológicos no convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa [01.06.1993-31.08.1993]. Relatório aprovado e disponível à consulta na Biblioteca do IGESPAR.

SITES

BLUTEAU, Raphael – Vocabulario Portuguez & Latino... [Em linha]. [Consult. 28 Ago. 2014]. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>

Catálogo de Coleções Cerâmicas Arqueológicas (IPHAN). [Em linha]. [Consult. 1 Jun. 2011]. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/catalogo_iphan/catalogo.htm



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863–2019

www.arqueologos.pt